

Cultura, identidade e globalismo

Maurício Demichelli¹

Resumo: O artigo procura uma reflexão acerca dos conceitos de cultura, identidade e transculturação, analisando suas relações e implicaturas em um mundo global, onde culturas, línguas e identidades estão em constante contato. Partimos das diferentes concepções de cultura e suas relações sócio-políticas, chegando a conceitos que a relaciona com estruturas de biopoder. Analisamos, também, a questão da vontade de representação do Outro, do diferente, que promove um intercâmbio produtivo e essencial, objetivando o desenvolvimento das culturas e povos, mas estabelecendo tensões e relações econômicas, sociais, culturais e ideológicas de dominação. Buscamos investigar quais são os efeitos desse cruzamento cultural e propomos uma percepção positiva no âmbito da transculturação, principalmente relacionado ao trabalho dos profissionais que têm como objeto a língua inglesa.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Diferença. Língua Inglesa.

Culture, identity and globalism

Abstract: This article aims at reflecting about the concepts of culture, identity and transculturation. It will analyze their relations and effects in a present world, where culture, language and identity are constantly facing each other. We start by giving an overview of different concepts of culture and also their social political relationships, including biopower structures. We also analyze the will people express in the representation of the Other, in representing difference. Representation promotes a productive and essential exchange among people, but it also establishes social, economic, cultural and ideological tensions and degrees of domination. We search for the understanding of a transcultural scenario and propose a positive perspective in it, mainly related to the work of professionals whose object is the English language.

Keywords: Culture, Identity, Difference, English Language.

“E eu simpatizo com tudo, vivo de tudo em tudo.
São-me simpáticos os homens superiores porque são superiores,
E são-me simpáticos os homens inferiores porque são superiores também,
Porque ser inferior é diferente de ser superior,
E por isso é uma superioridade a certos momentos de visão.”

Fernando Pessoa

¹Professor do Curso de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre e Doutorando em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa pela Universidade de São Paulo. Email: demichelli@icloud.com

A palavra cultura desperta uma enorme possibilidade de leituras, conceitos e definições. As diferentes abordagens coexistem não somente de modo diacrônico, mas também sincrônico. Diacronicamente, Williams (1992) afirma que o interesse da sociologia da cultura pode ser estudado em Kroeber e Kluckhohn (1952) e em Williams (1958 e 1976). Segundo o autor (1992), no início, o termo é utilizado para descrever o processado cultivado na agricultura ou na criação de animais. Segundo Williams (1992), é somente no fim do século XVIII que o termo cultura aparece relacionado a um povo. A expressão é usada para designar uma *generalização* do “espírito” ou modo de viver de um povo. O autor (1992) complementa que o primeiro a utilizar o termo no plural, “culturas”, foi Herder para diferencia-lo de “civilização”, o que muitos, até o presente, usam de forma intercambiável.

Williams (1976) afirma que a abordagem da cultura também é bastante diversa. A antropologia, por exemplo, quando examina cultura, pensa-a como uma produção material, enquanto os Estudos Culturais a compreende como sistemas simbólicos de significação.

O crítico literário Matthew Arnold (1822-1888) desenvolveu um projeto político, definindo cultura com atributos abstratos e universais como perfeição, beleza e inteligência. Acreditava que se mais pessoas perseguissem esses atributos de cultura, o mundo se tornaria um local melhor.

A ver pela definição de Arnold, o conceito de cultura é sempre político. Yúdice (2006, p. 25) afirma que a cultura é, cada vez mais, um recurso para o desenvolvimento econômico e sociopolítico, transformando-se em uma maneira de internalizar o controle social. Resgatando as ideias de Foucault e dos Estudos Culturais, Yúdice (2006) afirma que esse controle social vem pela via da disciplina e da governabilidade. Segundo Foucault (2000, p. 161), o indivíduo “é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’”. Esse poder disciplinador funciona, segundo Foucault

(2000), sempre acompanhado de um pequeno mecanismo penal e não seria diferente com a cultura. Criamos uma noção de cultura pré-existente, que está materializada antes do sujeito. O que cabe ao sujeito é adquiri-la e fazer uso dela; aquele que não se adequar está excluído, por isso fala-se tanto em exclusão hoje. O próprio mundo da educação é o mundo da cultura pré-existente, caso o sujeito não passe por ela, pagará a pena da ignorância na sociedade, sendo excluído economicamente e socialmente.

Podemos, dentro desse pensamento, desenvolver a ideia de que a cultura, vista como um recurso sociopolítico, é uma forma visível de assegurar o funcionamento de estruturas de poder, automatizando-as e desindividualizando-as. Trabalhamos aqui, com a ideia do Panóptico de Foucault (1975). Segundo o autor, o Panóptico pode ser visto como uma espécie de máquina de gerar experiências, modificar comportamentos e “treinar” indivíduos, é um local que torna possível a experiência com homens como uma espécie de “laboratório de poder”.

Falamos, até então, sobre a cultura relacionada a políticas e estruturas de poder. Cabe agora uma aproximação que visa compreender quais são essas estruturas em um momento histórico de enfraquecimento do Estado-Nacional e uma organização econômica que privilegia as estruturas do mercado internacional. Assim, segundo Yúdice (2006), a cultura sofre um distanciamento da subvenção do Estado e uma aproximação com o campo privado. Há uma reorientação dos financiamentos culturais, criando administradores da arte que irão funcionar como mediadores das diferentes fontes de fomento, surgindo uma “economia cultural”. Desta forma, a cultura passa a fazer parte de um mercado, transforma-se em uma mercadoria que serve e obedece aos mesmos princípios de bens industriais.

Segundo Yúdice (2006), a globalização aproximou os povos, facilitando as migrações. Dessa forma, segundo o autor, a cultura, vista como um

expediente nacional, sofreu um processo de transformações. Hall (1998) afirma que os “fluxos culturais” e um consumismo global podem estabelecer “identidades partilhadas” já que somos consumidores e clientes dos mesmos bens. Cancline (2007) observa que a globalização favorece as indústrias culturais que possuem capacidade de homogeneizar e, simultaneamente, contemplar as diversidades locais, enfraquecendo os produtores não eficientes. Mas a globalização acarreta também alguns efeitos contraditórios à cultura. Algumas culturas tendem à recuperação de um sentido perdido, de uma representação da sua diferença, gravitando “ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de “Tradução”” (HALL, 1998, p. 87).

O Hibridismo, assim como apresentado por Hall (1998), passar a representar as novas formas culturais nesse cenário mundial. Alguns sustentam que a reafirmação das raízes culturais pode representar uma resposta daqueles que foram deixados para trás pela globalização. O nacionalismo e o particularismo, ao lado da globalização, segundo o autor (1998), estão representando uma virada inesperada dos acontecimentos, trazendo deslocamentos variados e contraditórios.

Todo esse cenário configura uma arena política de lutas por significações. De um lado, a tentativa global de homogeneizar o mercado e seus produtos e, do outro, uma resistência advinda do não pertencimento e da exclusão social e cultural. A noção de performatividade da cultura de Yúdice (2006) vem ao encontro dessa ideia da arena de lutas por significações, “a medida que a globalização se aproxima de culturas diferentes para contato mútuo, ela aumenta o questionamento das normas e, com isso, instiga a performatividade” (YUDICE, 2006, p. 54). O conceito do *cuidado de si* de Foucault, retomada pelo autor, acrescenta ao sujeito um papel ativo no seu processo de constituição.

Baseado nas questões teóricas acima abordadas, levaremos uma reflexão sobre a influência e a permuta que as culturas estabelecem quando entram em contato, misturam-se, fundem-se, ou adotam influências múltiplas numa relação de mútua transformação. Veremos o desejo da globalização de arrastar o objeto ao domínio do homogêneo, do hegemônico e, ao mesmo tempo, a possibilidade da cultura se reinventar para o local.

Devemos enxergar aqui um processo de transculturação ou globalismo. Poderíamos dizer que a transculturação é o processo que a humanidade vem traçando em toda sua história. O que é a história a não ser a fusão ou o contato de tribos, reinos, impérios e estados? Por globalismo, entendemos o processo moderno de transculturação.

Para enriquecer um pouco mais nossas reflexões acerca da transculturação, usaremos dois outros conceitos: o de representação e o de identidade. Em primeiro lugar, tentaremos entender um pouco melhor o processo de representação do “Outro” e o porquê a representação do “Outro” é essencial para o entendimento do “Um”. A seguir, procuraremos discutir o processo de formação da identidade e como esta é modificada a partir do contato social e da incorporação e rejeição de elementos do “outro”. O processo de mostrar, de falar sobre, de apresentar e de ver outras culturas é uma representação, e como tal, passa pelo espectro da subjetividade e da ideologia.

Mas porque o homem deseja representar o outro? Porque o “diferente” sempre é o tema em várias discussões? Para refletir sobre as questões propostas, usaremos alguns argumentos fornecidos por Stuart Hall (1998). Hall examina a questão da representação do diferente, ou do Outro, com quatro diferentes disciplinas: a linguística, a antropologia, a filosofia e as recentes teorias de linguagem. A linguística de Saussure vê o “diferente” como essencial para o estabelecimento do sentido. Sem o que é “diferente” o sentido não existe. O preto adquire sentido com o branco, o mau com o bem. São os binômios, ou

pares opostos, que marcam as diferenças de sentido. A visão antropológica estabelece o sentido às coisas, dando a elas diferentes posições num sistema de classificação. Para ela, são as diferenças que marcam a base da cultura. A psicanálise aponta que a diferença é fundamental na constituição do indivíduo. Segundo Navio (1989), Lacan vê no *Outro* o processo de reconhecimento do *Eu*, para ele, a criança, a princípio, não tem noção de sua própria individualidade, ela e a mãe são a mesma coisa. Ela se constitui como indivíduo a partir do reconhecimento do *Ume* do *Outro*. O autor (1989) afirma que Lacan acredita ainda que o processo de identificação e desidentificação com o *Outro* é o que vai constituindo o sujeito em toda sua vida. As recentes teorias da linguagem, como vemos, por exemplo, em Bahktin (1999), acreditam que é no diálogo com o *Outro* que o sentido é construído. O conceito de dialogismo pressupõe o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. Para Bakhtin, não é possível pensar no homem sem as ligações com o *Outro*. É somente na sua ligação com o *Outro* e com outros discursos que ele se constitui.

Hall (1998) complementa que este debate sobre a diferença e o *Outro* tem por objetivo não comparar ou julgar teorias, mas sim mostrar que em diferentes áreas do conhecimento, excludentes ou não, o papel do *Outro* e da diferença são fundamentais e de grande importância. Percebemos, porém, que o conceito de diferença é “ambivalente”, com diz Hall.

(...)differenceisambivalent. It canbeboth positive and negative. It isbothnecessary for theformationoflanguageandculture, for social identitiesand a subjectivesenseofthe self as a sexeds subject – andatthesame time, it is a threatening, a site ofdangerand negative feelings, ofsplitting, hostilityandaggression towardstheOther. (HALL, 1998, p. 238).

Observamos que, em todas as teorias, a questão do outro pode ser positiva ou negativa. Positiva, pois o outro é necessário para a produção do sentido, cultura, subjetividade e linguagem, sem ele nada existiria ou criaria sentido. Mas também pode provocar efeitos negativos. Na linguística as

oposições binárias podem ser reducionistas, e excluir uma gama de sentidos existentes entre os opostos. Na antropologia podemos fazer classificações em lugares errados, ou então não conseguirmos encaixar apropriadamente um elemento em categoria alguma. Na psicanálise o problema é visto da seguinte forma: se o indivíduo é formado a partir da existência do *Outro* e nunca está completo, algo sempre lhe falta, gerando um sentimento de incompletude. Para as teorias da linguagem, observamos que não podemos fixar o sentido e com isso não temos controle sobre ele.

A cultura, entendida de uma forma ampla, justamente por ser produto do homem, convive com desejo de representar o *Outro*, identificar-se ou desidentificar-se com ele, procurar no *Outro* uma forma de entendimento de si mesmo. E como vemos em Edward Said (1999), uma cultura não pode ser representada por si própria, mas sim por outra. A representação acontece externamente e promove um intercâmbio produtivo e essencial que visa o desenvolvimento das culturas, mas estabelece tensões e relações econômicas, sociais, culturais e ideológicas de dominação. A relação de troca cultural é a verdadeira história de todas as culturas, é impossível e, ao mesmo tempo, não desejável escrever a história do mundo e principalmente a história do mundo moderno sem ela.

De acordo com Hall (1998), a representação classifica nossas relações com o mundo que nos cerca simbolicamente, criando sentidos por meio da linguagem. A identidade nada mais é do que uma representação criada para nos classificar dentro deste sistema simbólico. E assim como a própria representação, a existência da identidade necessita de algo que está fora dela, ou seja, outra identidade. Podemos dizer que a identidade também nasce a partir da diferença, do contato com o *Outro*. Por meio dos sentidos produzidos pela representação é que damos sentido àquilo que somos. A representação constrói lugares a partir dos quais podemos falar e agir.

O conceito de identidade tem se modificado muito nos últimos anos. Saímos de uma definição essencialista de identidade para irmos a uma posição mais social. O indivíduo ou o grupo social já não possui uma identidade única, unificada e inerente, ele passa a ter uma identidade múltipla e plural, formada socialmente e historicamente. Fazemos, hoje, referências às identidades, no plural, ou a processos de identificação numa análise mais subjetiva. A identidade é vista como uma construção, algo sempre em processo e nunca acabado. Sendo vista como uma construção social, a identidade está sempre se modificando a partir do contato e interação de homens e culturas. É a partir do contato com o *Outro* que construímos nossa identidade. Existe no contato com outros homens e outras culturas uma interação que permite que culturas se modifiquem, se complementem ou se repulsem, mas sempre ficarão alteradas do seu estado inicial.

Por tratar-se de um fenômeno social, a identidade está envolvida com posições ideológicas e relações de poder. Ela sucumbe a ideologias, economias e culturas dominantes. O imperialismo, entendido pela definição de Said (1993, p. 40), como “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano governando um território distante”, também pode ter grande participação e influência no jogo de formação e transformação de identidades.

Sabemos que o capitalismo é a forma de produção, pensamento e organização social mais forte no mundo moderno. Sendo assim, pode ser visto como a base ideológica de vários impérios, buscando cada vez mais o aumento dos lucros em outros territórios. O contato de civilizações, dominantes ou dominadas, produziu a maior forma de intercâmbio de culturas em toda história da humanidade e principalmente na história do mundo moderno. Este processo de transculturação garante modificações importantes na questão da identidade.

Um dos fatores mais importantes e defendidos na identidade de uma nação é a sua língua. A língua é um dos maiores processos de identificação de um povo. Todo o processo de colonização e expansão do capitalismo levou a uma desculturação de vários povos. As colônias deveriam ser imagens da metrópole e, portanto, se aculturar. Evidentemente, a identidade do colonizado passa por um processo de transformação, adquirindo e mesclando forçadamente a identidade do colonizador. Entre outras, a língua do colonizador passa a ser a língua do colonizado. Vemos isso em todo o mundo. Os grandes impérios coloniais da França, Inglaterra, Espanha e Portugal levaram suas línguas para os quatro cantos do mundo.

O processo de expansão não se restringe somente ao período colonial. Vivemos, mais recentemente outro processo de expansão do capitalismo, desta vez nas mãos do Estados Unidos. Nada parece hoje estar intacto a cultura americana. Ela está presente em todos os continentes e na grande maioria das culturas.

Abordaremos essa dominação cultural discorrendo um pouco sobre a língua inglesa. A princípio com a dominação inglesa e depois com a americana, quase um bilhão de pessoas falam o inglês como língua materna, segunda língua ou língua estrangeira hoje. O inglês tornou-se a língua dos negócios, da tecnologia e das produções artísticas, intelectuais e culturais. Não devemos imaginar, entretanto, que este predomínio da língua inglesa no mundo, faz com que outras línguas morram e cedam seus lugares para a nova língua. Elas coexistem e transformam-se, e como esclarece Ianni (2000, p.113) “... cada uma e todas as línguas se afirmam e reafirmam como meios de comunicação e visões de mundo”.

Acreditamos que não seria relevante pensar que devemos combater esta proliferação da língua inglesa pelo mundo e defender políticas de planejamento de linguístico (language-planning policies) como proposto por Phillipson

(1992). Compartilhamos das ideias de Pennycook (1994), que seria muito mais conveniente examinar os efeitos causados pela proliferação da língua inglesa no discurso, e conseqüentemente nas identidades, do que estabelecer um controle linguístico.

Mesmo controlando a língua seria impossível controlar os discursos produzidos por ela. A solução seria então modificar o discurso, dar vazão a um contra discurso, modificando assim aquilo que é produzido e significado pela língua. Vemos várias experiências em que, apesar do inglês ser a língua do colonizador, foi a língua na qual se formou a oposição à colonização. Muitas literaturas pós-coloniais em língua inglesa são verdadeiras lutas contra a dominação inglesa e americana.

Cabe, então, uma reflexão aos profissionais que trabalham com a língua inglesa, professores, pesquisadores, tradutores, etc. Durante muito tempo, esses profissionais se debatiam com questões do imperialismo que acompanha a língua inglesa, inicialmente britânico e mais recentemente americano. Acreditamos que essa postura teve uma grande importância em uma época em que era necessário analisar a língua como um objeto discursivo-ideológico a serviço da manutenção de uma posição de poder. Entretanto, faz-se necessário hoje a constituição de análises que busquem observar mais de perto a heterogeneidade do discurso dentro da mesma língua, promovendo uma relativização das questões ideológicas.

O momento atual, apesar da chamada globalização procurar colocar o mundo em um pseudoestado de hegemonia, nos permite um contato bem mais próximo e instantâneo com o universo discursivo e cultural de outros países, permitindo observar que dentro da mesma língua, a organização de pensamentos e os sentidos discursivos produzidos possuem singularidades.

Julgamos, assim, pertinente que pesquisadores e profissionais possam retirar a língua inglesa de um universo homogêneo, e que particularizarem os

contornos ideológicos-discursos dentro de seus contextos de produção e das suas culturas.

Como dissemos anteriormente, as identidades foram e são modificadas por esse avanço imperialista, quer seja nas colonizações, quer seja pelo imperialismo americano. Mas por tratar-se de algo sempre em transformação, aberto e nunca único e completo, as identidades transformam-se também pela oposição e pela luta. Elas apropriam-se de elementos da cultura do outro, que as fortalecem e as habilitam a entrar mais fortes e desenvolvidas contra a ideologia e o discurso dominante. Por esta nova ótica, é possível tomar uma nova posição de identidade e libertar-se da cultura do colonizador, afirmando-se como uma cultura rica, transformada e fortalecida dentro da história.

Vimos que a mistura, o cruzamento, a intersecção de culturas é inevitável, e ao mesmo tempo desejável e temível. Desejável porque, como apresentamos anteriormente, é por meio do contato com o *Outro* que construímos nossa identidade, seja ela a individual ou a identidade de um povo, de uma nação, um Estado. É por meio do *Outro* que podemos ser representados, enfim, é pela diferença que constituímos aquilo que somos e assumimos posições. É temível pois pode significar um assujeitamento a uma cultura imperialista, uma reprodução do discurso do *Outro*, uma divisão do mundo entre as polaridades de dominantes e dominados, ou mesmo a processos como desculturação e aculturação.

A única coisa que temos certeza é de que no mundo de hoje o processo de transculturação ou melhor, de globalismo é inevitável. Como diz Said (1995, p. 411), “Hoje em dia, ninguém é uma coisa só” A globalização do mundo traz um contato constante em maior escala e maior velocidade com diversas culturas.

Concluimos afirmando que a transculturação, sendo vista sob a perspectiva de uma intersecção de culturas pode ser muito enriquecedora. Um

novo horizonte de reflexão e entendimento do mundo se apresenta, permitindo que novos significados representações e identidades apareçam. A troca cultural pressupõe a transformação de todas as culturas que se cruzam, sejam elas dominantes ou dominadas. Em um mundo inevitavelmente global, a modificação da cultura do *Outro*, apropriando-se dela primeiro, pode ser extremamente libertadora.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRAIT, B. (org). *Bakhtin, Dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CANCLINE, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications, 1997.
- _____. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- IANNI, O. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- KROEBER, A.L. e KLUCKHORN, C. *Culture: a Critical Review of Concepts and Definitions*. Peabody Museum Papers: Harvard University Press, 1952.
- NAVIO, J. D. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1989.

PENNYCOOK, A. *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman, 1994.

CAEIRO, A. *O Guardador de Rebanhos*. Lisboa: Presença, 1994.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. New York: Oxford University Press, 1992.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

YÚDICE, G. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Keywords*. Londres: Fontana, 1976

_____. *Culture and Society*. Londres: Chatto and Windus, 1958.

Recebido: em de agosto de 2015
Aceito: em 17 de outubro de 2015